



## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL

### Concurso de Ingresso para Oficial de Justiça

O Presidente do Júri -----

Número convencional ----- Classificação final -----

O examinador \_\_\_\_\_

O supervisor \_\_\_\_\_

CSMJ .....

Nome .....

Número convencional .....

Data .....

### PROVA DE CONHECIMENTO

**Duração: 2 horas**

#### GRUPO I

(1.5Valores)

**PREENCHA OS ESPAÇOS A SEGUIR, DE MODO A OBTER FRASES CORRETAS:**

1. Este é um projeto **no qual** todos os alunos acreditam. (0,5 Valor)
  - a) dos quais
  - b) cujo
  - c) no qual
2. Se os coordenadores, depois de toda a negociação, **mantiverem** a postura. autoritária, falaremos com o diretor. (0,5 Valor)
  - a) manterem
  - b) mantiverem
  - c) manter
3. Ao longo deste ano, **realizaram-se** cursos de treinamento em todas as filiais do país. (0,5 Valor)
  - a) realizaram-se
  - b) realizar-se-á
  - c) realizou-se

**GRUPO II**  
**(6 Valores)**

**DAS AFIRMAÇÕES SEGUINTEs, ASSINALE COM UM “X” A OPÇÃO VERDADEIRA**

**1. A gestão dos recursos humanos do pessoal oficial de justiça e das secretarias judiciais é feita pelo: (0,75 Valor)**

- a) Ministério da Justiça; \_\_\_\_\_
- b) Juiz presidente, do Tribunal; \_\_\_\_\_
- c) Conselho Superior da Magistratura Judicial; **(X)** *R: (Nos termos do art.º 8º do Decreto-Lei nº33/2017, de 25 de julho)*
- d) Supremo Tribunal de Justiça. \_\_\_\_\_

**2. Os candidatos para a carreira de oficiais de justiça, aprovados em concurso, ficam sujeitos ao estágio probatório com a duração de um ano, findo o qual serão nomeados definitivamente se tiverem avaliação de desempenho mínimo de: (0,75 Valor)**

- a) *Suficiente* \_\_\_\_\_
- b) *Bom* **(X)** *R: (Nos termos do nº1, do art.º 39º do Decreto-Lei nº33/2017, de 25 de julho, que aprova os Estatutos do Pessoal Oficial de Justiça)*
- c) *Excelente* \_\_\_\_\_
- d) *Muito bom* \_\_\_\_\_

**3. O órgão responsável de exercer ação disciplinar sobre o pessoal oficial de justiça e demais funcionários das secretarias judiciais é: (0,75 Valor)**

- a) O Tribunal; \_\_\_\_\_
- b) O Juiz; \_\_\_\_\_
- c) O Conselho Superior da Magistratura Judicial; **(X)** *(Nos termos do nº1 art.º 64º do Decreto-Lei nº33/2017, de 25 de julho, que aprova os Estatutos do Pessoal Oficial de Justiça)*
- d) Serviço de Inspeção do Conselho Superior da Magistratura Judicial. \_\_\_\_\_

**4. Um dos conteúdos funcionais próprios dos oficiais de diligências, descritos no Estatuto do Pessoal Oficial de Justiça, é: (0,75 Valor)**

- a) Distribuir, coordenar e controlar o serviço externo; \_\_\_\_\_
- b) Efetuar os serviços externos, designadamente as citações e notificações e cumprir os demais mandados por despacho dos magistrados; **(X)** *R: (Nos termos Decreto-Lei nº33/2017, de 25 de julho, Anexo II, a que se refere o nº1 do artº 6º, articulado VII- caracterização genérica e descrição do conteúdo funcional do pessoal oficial de justiça).*
- c) Coadjuvar o escrivão de direito no exercício das suas funções; \_\_\_\_\_
- d) Colaborar na formação de oficiais de justiça. \_\_\_\_\_

**5. O Conselho Superior da Magistratura Judicial é composto por: (0,75 Valor)**

- a) 5 (cinco) membros incluindo o seu presidente; \_\_\_\_\_
- b) 7 (sete) membros incluindo o seu Presidente; \_\_\_\_\_
- c) 9 (nove) membros, incluindo o seu Presidente;  **R:** *(Nos termos do art.º 4º, da Lei nº90/VII/2011, de 14 de fevereiro, que estabelece a organização e funcionamento do Conselho Superior da Magistratura Judicial)*
- d) 10 (dez) membros, incluindo o seu presidente. \_\_\_\_\_

**6. No exercício das suas funções, os tribunais: (0,75 Valor)**

- a) São pouco independentes; \_\_\_\_\_
- b) Estão sujeitos à Constituição e não à lei; \_\_\_\_\_
- c) Só podem exercer funções estabelecidas na lei;  **R:** *(Nos termos do nº1, do artº4º da Lei nº88/VII/2011, de 14 de fevereiro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº59/IX/2019, de 29 de julho)*
- d) Dirimem conflitos de interesses essencialmente públicos. \_\_\_\_\_

**7. A carreira do pessoal oficial de justiça das secretarias judiciais estrutura-se e desenvolve-se na vertical nos cargos, de acordo com a ordenação seguinte: (0,75 Valor)**

- a) Secretário Judicial; Escrivão de Direito; Ajudante de Escrivão; Oficial de Diligência; \_\_\_\_\_
- b) Oficial de Diligência; Ajudante de Escrivão; Escrivão de Direito e Secretário Judicial;  **R:** *(Anexo I a que se refere o artº 2º, nº1 – enquadramento dos cargos de oficiais de justiça, conjugado com os artigos 25º, 32º, 33º, 34º e 35º todos do Decreto-Lei nº33/2017, de 25 de julho, que aprova os Estatutos do Pessoal Oficial de Justiça).*
- c) Secretário Judicial; Escrivão de Direito; Oficial de Diligência; Ajudante de Escrivão. \_\_\_\_\_

**8. São tribunais judiciais: (0,75 Valor)**

- a) O Supremo Tribunal de Justiça, os tribunais de segunda instância e os tribunais judiciais de primeira instância.  **R:** *(Nos termos do nº1, do artº 20º, da Lei nº88/VII/2011, de 14 de fevereiro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº59/IX/2019, de 29 de julho, que estabelece a Organização e funcionamento dos Tribunais)*
- b) O Tribunal Constitucional, O Tribunal de Contas e o Tribunal fiscal e Aduaneiro. \_\_\_\_\_
- c) Todos os tribunais do país. \_\_\_\_\_

**GRUPO III**

**(7Valores)**

**RESPONDA AS SEGUINTE PERGUNTAS:**

**4. Os portugueses descobriram as ilhas de Cabo Verde no século XV. Em que ano aconteceu? (1 valor)**

*R: As ilhas de Cobo Verde foram descobertas pelos portugueses no Seculo XV, no ano de 1460.*

**2. A ilha de Santiago foi a primeira a ser habitada. Qual foi a segunda? (1 valor)**

*R: A Segunda Ilha de Cabo Verde a ser habitada é a ilha do Fogo*

3. **Diga como é composto o governo de Cabo Verde nos termos da Constituição, e qual é a sua função? (2,5 valor)**

*R: Nos termos do n.º1 do art.º.187º da CRCV, o Governo é composto pelo Primeiro Ministro, pelos Ministros e pelos Secretários de Estado. Ainda, segundo o n.º2 do referido artigo, poderá haver um ou mais Vice-Primeriros Ministros.*

*Nos termos do art.º 185º da CRCV, o governo é o órgão que tem por função, definir, dirigir e executar a política geral interna e externa do país, e é o órgão superior da Administração Pública.*

1. **Um dos deveres gerais do funcionário público, é o de obediência, que consiste em acatar e cumprir as ordens e instruções verbais ou escritas dos seus superiores hierárquico, dadas em objeto de serviço. Em que situações cessa o dever de obediência? (2,5 valor)**

*R: O dever de obediência, cessa, quando a ordem ou instrução dos superiores hierárquicos implicar a prática de crime e Contra-ordenação, nos termos da alínea h) do artº3º de Decreto- Legislativo nº8/97, de 8 de maio que aprova o Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, n.º 2 do artigo 38º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho.*

#### **GRUPO IV (5,5 Valores)**

**LEIA AS SEGUINTE AFIRMAÇÕES E IDENTIFIQUE A OPÇÃO VERDADEIRA (V) E FALSA (F).**

1. As audiências dos tribunais são públicas, seja em quaisquer circunstâncias e qualquer cidadão pode participar. **F** *(nos termos do artigo 9º da Lei n.º 59/IX/2019, de 29 de julho) (0,5 Valor)*
2. Dentro de cada categoria de tribunais existe uma relação de hierarquia, ocupando ao Conselho Superior da Magistratura Judicial o topo da hierarquia dos tribunais judiciais. **F** *(nos termos do artigo 22º da Lei n.º 59/IX/2019, de 29 de julho) (0,5 Valor)*
3. Os oficiais de justiça nomeados em regime de estágio probatório, após 1 (um) ano são automaticamente nomeados definitivamente no quadro. **F** *(nos termos do artigo 39º do Decreto-Lei n.º 33/2017, de 25 de julho) (0,5 Valor)*
4. Os tribunais não podem aplicar normas contrárias à Constituição ou aos princípios nela consignados, salvo se forem autorizadas pelo Governo. **F** *(nos termos do n.º 2 do artigo 4º da Lei n.º 59/IX/2019, de 29 de julho) (0,5 Valor)*
5. O Conselho Superior da Magistratura Judicial pode por conveniência de serviço, transferir um oficial de justiça de uma secretaria para outra, independentemente do tempo de serviço no lugar de ingresso ou acesso. **V** *(nos termos do n.º 3 do artigo 50º do Decreto-Lei n.º 33/2017, de 25 de julho) (0,5 Valor)*
6. Os tribunais são órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo. **V** *(nos termos do artigo 3º da Lei n.º 59/IX/2019, de 29 de julho) (0,5 Valor)*

7. A promoção é a mudança de um cargo e nível para o outro, imediatamente superior dentro da mesma carreira. **V** (nos termos do n.º 1 do artigo 31º do Decreto-Lei n.º 33/2017, de 25 de julho) **(0,5 Valor)**
  
8. A punição disciplinar de um oficial de justiça impede que o mesmo seja criminalmente punido pela mesma conduta. **F** (nos termos do n.º 3 do artigo 17º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho) **(0,5 Valor)**
  
9. O direito a férias vence no dia 1 de janeiro de cada ano e reporta-se, em regra, ao serviço prestado no ano civil a que diz respeito. **F** (nos termos do n.º 4 do artigo 2º Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março) **(0,5 Valor)**
  
10. As férias do pessoal oficial de justiça devem ser gozadas, no período de 1 de agosto a 15 de setembro, salvo motivo justificado. **V** (nos termos do n.º 2 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 33/2017, de 25 de julho, conjugado com o n.º 1 do artigo 11 da Lei n.º 59/IX/2019, de 29 de julho) **(0,5 Valor)**
  
11. É permitida aos funcionários públicos à acumulação de funções ou cargos públicos remunerados. **F** (nos termos do artigo 35º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro) **(0,5 Valor)**